



ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA: CONCEITOS, DESAFIOS E PRÁTICAS NO ENSINO REGULAR

Raimunda Sousa dos Santos¹

Ebenezer da Silva Santos²

Laiane da Silva Barros³

Raissa Oliveira Alencar dos Santos⁴

Weline Fernandes da Silva⁵

INTRODUÇÃO

Atualmente o ensino regular em todo o território brasileiro vem passando por transformações principalmente devido ao impacto pós pandemia a COVID-19, se antes as crianças chegavam no ensino fundamental com dificuldade de leitura e escrita, hoje elas apresentam um quadro somatório dessas dificuldades, assim como nos âmbitos sociais, comportamentais e ausência de rotina, refletem na sua aprendizagem. Por mais que o professor esteja preparado para trabalhar hora ou outra questionam sua prática, há predominância de cansaço, sentimentos negativos diante de tantos desafios encontrados.

Com isso, é possível perceber os inúmeros desafios enfrentados pelos docentes da escola pública que chegam a ser assustadores, já que ainda há sérios conflitos que dificultam o processo de alfabetizar e letrar na escola. Nunca foi tão difícil ser professor alfabetizador neste país. Percebe-se que durante as aulas remotas o trabalho docente triplicou, assim como a ausência da família, infelizmente, mesmo as crianças estando em casa a própria família deixou de cumprir com sua responsabilidade. O número de evasão escolar é apavorante. Os professores sentem medo do fracasso, do retrocesso, e do impacto que poderá causar na sociedade futura, principalmente quando se trabalha no viés inclusivo como é o caso desta escola em questão.

Pensando nisso, o interesse pelo tema nasceu dos relatos, das experiências e da necessidade de aprofundar os conhecimentos, construir novos saberes sobre como acontece a alfabetização e o letramento na rede regular de ensino para alunos com TEA. Tendo como objetivo geral

¹ Professora do Curso de Pedagogia da Centro Universitário do Distrito Federal - UNIPLAN, raisousantos@gmail.com

² Professora do Curso de Pedagogia da Centro Universitário do Distrito Federal - UNIPLAN, ebenezer1946@hotmail.com;

³ Pedagoga, Psicopedagoga, lajanesb20@gmail.com;

⁴ Pedagoga, Especialista em Supervisão Escolar, Docência do Ensino Superior raissaoliveira2130@gmail.com;

⁵ Pedagoga, Psicopedagoga, Especialista em Educação Especial Inclusiva e AEE, welinefernandes@gmail.com;

analisar como os docentes do ensino fundamental (1º e 2º ano) de uma escola da rede municipal de Bacabal - MA tem promovido a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista.

Trazendo a alfabetização e letramento como campo de conhecimento faz-se necessário questionar como se dar o processo de adaptação curricular, práticas docentes e quais os desafios encontrados na alfabetização do aluno com TEA, sem fugir da perspectiva inclusiva?

Entendemos ser de suma importância pensar a escola como local de formação continuada, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças na prática docente, no planejamento, no currículo, na avaliação sendo capaz de influenciar no processo de alfabetização dos alunos, principalmente daqueles com deficiência. Nesse caso, a inclusão pressupõe uma escola comum, tornando-se um espaço aberto para a introdução de todos os alunos no mundo social, cultural e científico. Se a sociedade se faz de todos, a escola não pode ser de alguns.

A metodologia empregada classifica esta pesquisa como sendo de caráter exploratória descritiva e cunho qualitativo e quantitativo, com referencial bibliográfico e delimitada a pesquisa de campo a uma escola pertencente à rede pública de ensino no município de Bacabal - MA. Para visualizar e manter contato direto com o contexto pesquisado, foram utilizadas técnicas de coleta de dados, como: observação sistemática, questionário e fotografias.

Diante do estudo realizado, observamos que muitos professores sentem dificuldade para alfabetizar crianças neurotípicas, assim como as atípicas. Conforme Facion, (2009, p. 203) “incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão”. Por isso a necessidade de discutir sobre o fazer docente, seus desafios, anseios e objetivos alcançados. Quando a escola compreende o valor de cada profissional ali presente as dificuldades são vencidas. Forma-se um local cujo as responsabilidades são compartilhadas a fim de potencializar o progresso de cada aluno independente do seu laudo.

Portanto, é preciso fazer mais, caminhar mais rápido nesta jornada tão complexa que é inclusão, precisamos conhecer os princípios teóricos sobre alfabetização e letramento como significação o modo de ensino aprendizagem, reconhecer o fazer pedagógico como prática inclusiva, identificar os desafios enfrentados pelos professores e pelos alunos diante do processo de alfabetização e letramento.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório descritivo de cunho qualitativo e quantitativo, por abordar dados bibliográficos, observação e de pesquisa de campo sobre a inclusão do aluno com autismo no ensino regular dando ênfase a alfabetização e letramento.

Essa abordagem requer uma análise sobre a alfabetização e letramento dos alunos com autismo: conceitos, desafios e práticas no ensino regular. Foi realizado em uma escola da rede municipal em Bacabal – Maranhão.

Para a realização do estudo e coleta de dados foi utilizado como instrumento de investigação um questionário semiestruturado com perguntas fechadas aos professores/Mediadores. A escolha do questionário se justifica como instrumento mais fácil de ser utilizado nesta situação, quando o sujeito da pesquisa carece de maiores esclarecimentos sobre as questões.

Assim, a realização desta pesquisa aconteceu de modo ético, cauteloso sem interferir na rotina da escola e da sala de aula. Cada participante da pesquisa foi tomado como sujeito principal com concepções próprias sobre o assunto pesquisado atuante da realidade vivenciada e como a finalidade analisar sobre as práticas educativas desses profissionais favorece a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista no âmbito escolar.

O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA COMPREEDENDO A LEITURA E ESCRITA NO ESPAÇO DE LETRAMENTO ESCOLAR

A educação pública em Bacabal no Estado do Maranhão encontra-se no momento em processo de transformação jamais vista ao longo do últimos dez anos, principalmente quando se refere a educação inclusiva. Percebemos a luta para sair do ensino tradicional, assistencialismo e excludente, a meta é garantir de fato o ensino com equidade, respeitando as diferenças e as particularidades.

Tendo em vista que o histórico da educação brasileira é marcado por lutas sociais, percebemos que a forma de ensino oferecido às pessoas com deficiência devem antes de qualquer ato assegurar os direitos já conquistados. Caso contrário não podemos afirmar que o ensino inclusivo aconteça conforme propõem as Leis, resoluções, documentos nacionais, decretos, avisos e portarias.



Quando discutimos sobre o processo de educação inclusiva para alunos com alguma deficiência, estamos falando de várias singularidades, competências e vivências, falamos também de estímulos cognitivos, sociais, emocionais, construção de vínculo, identidade e pertencimento. Com base nisso, a escola inclusiva é entendida como a que favorece e garante o desenvolvimento de todos os envolvidos. Mas, como ser de fato uma escola inclusiva? É antes de qualquer hipótese permitir a colaboração entre todos os envolvidos, infraestrutura apta a acolher a todos, estratégias didáticas capazes de alcançar o sucesso de seu alunado, parceria entre os profissionais terapêuticos, pedagógicos e familiares; fazer uso de um planejamento que valorize o diálogo dando sentido e significado em cada momento histórico vivido, é quebrar velhos paradigmas.

Sobre o Transtorno de Espectro Autista o DSM-5 (2014, p. 853), explica:

O transtorno do espectro autista é um novo transtorno do DSM-5 que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação do DSM-IV. Ele é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades.

Nessa óptica, dispomos de três ideais para garantia da escola de todos e para todos: planejamento participativo, metodologia como ação docente na perspectiva de transformação, alfabetização e letramento procedimentos de sentido e significado na formação humana.

O que dominamos de planejamento participativo está relacionado no diálogo e trabalho coletivo, caracterizando-o como um trabalho colaborativo, capaz de quebrar o egocentrismo. Quando o docente entende que para alfabetizar uma criança com deficiência necessita comprometimento e parceria entre ele e o mediador escolar facilita sua técnica de ensino. O ideal seria a participação do mediador junto ao professor na hora do planejamento, construção do projeto pedagógico e currículo escolar. Tendo em vista que ambos são responsáveis pelo desenvolvimento linguístico, motor, afetivo e sócio cultural do aluno com TEA.

Ensinar um aluno a ler e escrever exige de seus orientadores conhecimento teórico, metodológico eficiente, não deve ser feito no improviso, de qualquer forma, aleatório. Para que um aluno avance de uma hipótese de escrita para outra hipótese é necessário conhecimento por parte de quem ensina e maturação de quem aprende. Organizar conteúdos, avaliações, metodologias devem ser responsabilidade de todos, o coordenador pedagógico tem seu papel, assim como o professor regente e o mediador escolar. O que não pode acontecer é o professor se esquivar ou carregar para si toda responsabilidade.

Entendemos que a metodologia faz parte da ação docente, deve ser vista como ferramenta crucial para efetivação da inclusão que tanto lutamos. A melhor metodologia de alfabetização

é aquela capaz de desenvolver as habilidades e competências do aluno independente de quem seja. Para se ter uma metodologia que alcance a todos é necessário que o docente tenha conhecimento teórico suficiente sobre o processo de aprendizagem, como o aluno aprende, guarda saberes, ou seja, saber sobre o funcionamento do sistema nervoso central.

Um método fechadinho com foco em apenas desenvolver uma determinada habilidade dificilmente consegue alfabetizar pessoas em diferentes contextos. É preciso conhecer e dominar técnicas suficiente para alcançar todas as particularidades. A proposta não visa isolar ou apontar um método ideal para alfabetização, o foco não é o método, mas, sim os conjuntos de metodologias que contemplem as necessidades individuais ou do grupo de alunos em fase de alfabetização.

A prática metodológica docente é influenciada pelo objetivo e a avaliação, compreendemos que não se avalia somente aquilo que foi ensinado, mas, também enquanto se aprende acontece de forma contínua. É importante deixar claro que ao falar de avaliação estamos nos referindo a parte pedagógica e não o diagnóstico clínico utilizado na área médica, não compete a nós professores essa responsabilidade. Se enxergarmos possibilidade de aprendizado em uma criança, as dificuldades de inclusão deixarão de existir.

Diferentes estudiosos reconhecem que o processo de alfabetização e letramento inicia antes mesmo da pessoa ingressar no ambiente escolar, acontece na vida diária e se aperfeiçoa na escola. Sobre alfabetização e letramento Soares (2020, p. 27), assim diferencia:

Alfabetização e letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro é de natureza essencialmente diferente; entretanto, as ciências em que se baseiam esses processos e a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização – a aquisição da tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita.

Ao planejar um conteúdo que envolve a leitura, por exemplo, a primeira coisa que o professor deverá levar em consideração é se o texto escolhido desperta interesse em seus alunos, está compatível a sua idade, cognitivo e realidade sociolinguística. Esse texto deverá ser lido primeiramente pela professora, para que todos possam ouvi-la e ter como base sua entonação, tempo, sequência, pausas. Assim, também acontece com o formato das letras, a sugestão é que seja trabalhado primeiro o traçado da letra de imprensa maiúscula até que o aluno chegue na hipótese de escrita alfabética, pois nosso sistema visual enxerga de forma simétrica quando se trata de escrita de uma letra dependendo da posição onde esteja pode mudar seu sentido isso acontece com letra minúscula de imprensa, exemplo: b, d; q, p. Há casos que a criança com

autismo não consegue escrever com a letra cursiva, isso também precisa ser levado em consideração pelos docentes. Sobre isso Morais (2012, p. 142), reflete:

Por que usar letras de imprensa maiúsculas com crianças que estão ainda compreendendo o sistema alfabético? Geralmente, explica-se que elas são adequadas, em tal etapa, porque têm um traçado mais simples (retas e curvas sem “enlaces”), o que permite ao aprendiz concentrar sua atenção na tarefa de refletir sobre quais e quantas letras vai pôr e em que ordem vai dispô-las, ao escrever.

É importante saber que grafar letras exige um bom desempenho motor, atenção, agilidade, vocabulário, memória e raciocínio. Por isso reforçamos a necessidade das habilidades bem estimuladas – noção de direção, lateralidade, ampliações das funções executivas, discriminação visual e auditiva ajudarão o aluno ao escrever saber que sempre inicia da direita para esquerda, de cima para baixo, há espaçamento de uma palavra para outra, a escrita representa o som da fala.

Aprender a ler e a escrever é uma tarefa difícil que exige aprimoramento de várias habilidades uma delas é a correspondência grafofônica, não se trata apenas de codificar e decodificar letras e sons isolados sem significado para o aluno. Esse aprimoramento não acontece da noite para o dia de forma natural ou com um click, muito menos pelo acúmulo de atividade xerocopiada que a escola fornece, na maioria das vezes são retiradas da internet sem qualquer incentivo tornando o aluno um verdadeiro copista.

Nesse sentido, cremos que a consciência fonológica pode ter início desde do último ano da educação infantil, ao estimularmos os seguimentos sonoros das palavras de maneira lúdica, sem cobrança de treinos motores exaustivos. Para isso Teixeira (2019, p.19), reforça: “a habilidade para leitura envolve diversas associações entre símbolos auditivos, símbolos visuais, experiências vividas, significados e sentidos que a criança tem do mundo visual e linguístico que a cerca”. Usar texto que faça parte do repertório do aluno, explorar os sons e a escrita, vivenciar situações lúdicas, jogos, brincar com letras móveis, construções de palavras, formações de frases oportunizam ao aluno avançar sua capacidade metalinguística.

É inútil planejar uma atividade para o aluno sem antes avaliar o que ele já conhece e o que necessita conhecer, é patético achar que um determinado conteúdo tem que ser ensinado da mesma forma para todos, seguindo os nossos padrões aquilo que aprendemos há 10, 20 ou 30 anos, uma vez que a criança pensa e está em uma realidade, espaço e tempo diferente. Ficar preso no livro didático, lousa, ditado de palavras sem proporcionar ao aluno com autismo atividades ricas em estimulação que provoque seu potencial, sem significado poderá acarretar atrasos e recusa ao ambiente escolar.



O aluno com TEA aprende com um tipo de estímulo sensorial por vez, precisa de previsibilidade para que ele consiga se organizar e entender o que irá fazer depois daquele comando, temos com sugestão o uso de recurso pedagógico o quadro de rotina com imagens do que irá acontecer naquele dia em sala de aula. Um dos recursos utilizados para trabalhar frases ou até mesmo pequenos textos é o iconografias simbólicas - figuras significantivas, a prancheta de comunicação alternativa, Picture Exchange Communications System – PECS, PCA alta e baixa tecnologia, letras móveis, sussorofone, assim como software e aplicativos (Gamefono, Fofuuu Fono, Kinedu, Ler e Contar, Lele, Comunikit, Bini ABC, Matraquinha, EduEdu, Silabando), são alguns recursos que poderão auxiliar o aprendizado da pessoa com TEA.

A prática compreendida na perspectiva inclusiva os sujeitos envolvidos jamais devem serem vistos como antagonistas, não existe uma disputa ou divisão de sala o aluno com TEA não é propriedade do mediador, ele pertence a escola, portanto, deve participar de todas as atividades que lhe compete de forma ativa.

A formação de professores no contexto inclusivo tem como principal elemento a teoria e a prática, isso implica dizer que é necessário repensar no que está sendo ensinado nos cursos de licenciatura se tratando de educação inclusiva. É preciso que a cadeira de educação inclusiva seja mais que 60h, os acadêmicos de licenciatura tenham práticas, se possível tenham estágios na área, não seja apenas mais uma disciplina opcional ofertada pelo curso. O professor por sua vez deve continuar estudando, se capacitando para melhor desenvolvimento de sua prática. Fumegalli (2012, p. 40), afirma que:

A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos.

Se o professor planeja junto a equipe, elabora e adapta atividades, avaliações, lança nota, elabora o Plano Educacional Individualizado - PEI, relatórios, ou seja, promove diversas situações em sala de aula que lhe compete, sendo que na maioria das vezes tira do seu próprio salário para custiar recursos e ações extraclasse. O mediador por sua vez constrói caderno de bordo, relatório, acompanha as atividades extras escolares das crianças, planeja, cria recursos assistidos, mantém relações interpessoais. A família deverá garantir condições necessárias para o desenvolvimento da criança dentro e fora do ambiente familiar. Evitar que criança falte as aulas, manter consultas médicas atualizadas, ser parceira da escola, criar hábito de leitura em

casa, ao levar a criança para as terapias e sala de atendimento especializados dá o feedback aos professores e mediadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que tanto professores quanto mediadores necessitam de apoio e valorização para que o aluno com TEA seja acompanhado com êxito e com relevância, superando sua dificuldade de aprendizagem, seu comportamento ou manifestação inesperada, faz-se necessário a preparação durante a formação do educador para os anos iniciais do ensino fundamental.

Sobre o papel e a formação dos professores, a LDB nº 9.394/96 dá atenção específica a esta questão estabelecendo critérios acerca da necessidade deste profissional para o exercício da inclusão. São necessários “[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996). A escola regular para se tornar um ambiente inclusivo, garantindo de fato os direitos de uma educação de todos e para todos, precisa realimentar sua estrutura, metodologia, buscando melhores estratégias de ensino beneficiando cognitivo, social, motor e afetivo dos seus alunos.

Portanto, é essencial que haja um bom diálogo entre os professores e mediadores para refletirem como concebem a inclusão do aluno com autismo, tenham a sensibilidade de perceber e sentir por qual caminho este aluno consegue aprender melhor, procurando assim, alternativas para que a escola se torne mais democrática, inclusiva, autônoma, colaborativa, acolhedora e produtiva. A família por sua vez entenda o seu papel enquanto agentes facilitadores da inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, podemos analisar que muitos professores ainda não possuem domínio da sua prática sobre alfabetização do aluno com TEA, em alguns momentos há trocas de papéis entre professores e mediadores, assim como há pouca participação da família que na maioria dos casos preferem deixar a criança em casa cujo prejuízo recai sobre o aluno.

Nessa perspectiva, os dados coletados demonstram descompasso entre o objetivo da inclusão e sua realidade na escola pesquisada, diante do que salientamos o qual é necessário a presença do mediador para efetivação da inclusão, o papel desse profissional não pode ser



negligenciado não adianta atribuir mil e uma função para um único profissional ou fazer com que ele atenda quatro crianças no mesmo turno, na mesma sala de aula ou substituir professor, entender que o mediador escolar não é professor de reforço, por isso, não podemos fugir da possibilidade de se fazer inclusão.

Nesse sentido, os dados coletados possibilitaram compreender que os docentes ao lidarem com os alunos com autismo no início do processo de alfabetização tenham a sensibilidade de perceber por qual caminho esse aluno consegue aprender melhor, procurando assim, alternativas que alcancem as necessidades individuais e grupais a que pertencem.

Portanto, é imprescindível que docentes, mediadores, gestores façam uma reavaliação sobre suas metodologias e práticas de alfabetização e letramento, a família ande junto. Haja uma flexibilização no currículo escolar, na convivência, tornando a escola um ambiente propício de mudanças de atitudes garantindo uma escola cidadã e inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Alfabetização e Letramento, TEA, Práticas docentes, Família.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, institui as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília – DF, MEC, 1996.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em: 05 jun., 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

FUMEGALLI, R. C. A. **Inclusão escolar**: o desafio de uma educação para todos? Monografia. 2012. 50f. (Curso de Pós-graduação Latu Sensu Educação Especial: Deficiência mental e



Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem) – Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí – RS, 2012.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. 2 ed. rev. e atual. Curitiba: editora IBPEX, 2009.

FREITAS, Emanoele. **Mediador escolar: recriando a arte de ensinar** / Emanoele Freitas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

GARCIA, Eduardo de Campos. **O que todo pedagogo precisa saber sobre comunicação inclusiva: saberes necessários para trabalhar a diversidade** / Eduardo de Campos Garcia. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas** / Marcos J. S. Mazzotta. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética** / Artur Gomes de Moraes. São Paulo: Editora Melhoramento. 2012. (como eu ensino).

RELVAS, Marta Pires. **Neurociências e transtornos de aprendizagem: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva** / Marta Relvas Pires – 6 ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

SOARES, Magda. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever** / Magda Soares. – São Paulo: Contexto, 2020. 352 p.:il.

_____. **Alfabetização: a questão dos métodos** / Magda Soares. – 1. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019.

TEIXEIRA, Sirlândia Reis de Oliveira. **Dislexia na educação infantil: intervenção com jogos, brinquedos e brincadeiras** / Sirlândia Reis de Oliveira Teixeira; Solange Martins – 3 ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.